

# O Processo Político de Subalternização Administrativa de Sergipe d'El Rei (1763-1820)

Wanderlei de Oliveira Menezes<sup>1</sup>

## Resumo

este artigo aborda a problematização da carta-régia de oito de julho de 1820. Procuramos entender o significado de independência e sujeição administrativa da Capitania de Sergipe em relação à Bahia por meio da análise das relações de dependência administrativa entre as duas capitanias do período entre 1763 e 1820. Usamos como exemplo mais ilustrativo dessa situação a nomeação de capitães-mores (governadores), autoridade mais afetava com a subalternidade administrativa. Por fim, propomos um entendimento da mencionada carta-régia como sendo um mecanismo de fortalecimento do poder central da monarquia portuguesa em detrimento dos interesses regionais da Bahia.

Palavras-chave: Independência, Sergipe, Subalternidade



1 Graduado, bacharel e mestre em História pela UFS. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e da Associação Nacional de História (ANPUH/SE). Contato: wanderlei.menezes@outlook.com

## The Political Process of Administrative Subalternization of Sergipe d'El Rei (1763-1820)

## El proceso político de subalternización administrativa de Sergipe d'El Rei (1763-1820)

67



### *Abstract*

This article deals with the problematization of the royal letter of July 8, 1820. We seek to understand the meaning of independence and administrative subjection of Sergipe's captaincy in relation to Bahia through the analysis of administrative dependency relations between the two captaincies of the period between 1763 and 1820. We use as a most illustrative example of this situation the appointment of captains-mores (governors), authority most affected with administrative subordination. Finally, we propose an understanding of the aforementioned Royal Charter as a mechanism for strengthening the central power of the Portuguese monarchy to the detriment of Bahia's regional interests.

Keywords: Independence, Sergipe, Subalternity

### *Resumen*

Este artículo aborda la problematización de la carta real del 8 de julio de 1820. Buscamos comprender el significado de independencia y sujeción administrativa de la capitania de Sergipe en relación con Bahía a través del análisis de las relaciones de dependencia administrativa entre las dos capitanías del período comprendido entre 1763 y 1820. Utilizamos como ejemplo más ilustrativo de esta situación el nombramiento de capitanes (gobernadores), la autoridad más afectada por la subordinación administrativa. Finalmente, proponemos una comprensión de la carta antes mencionada como un mecanismo para fortalecer el poder central de la monarquía portuguesa en detrimento de los intereses regionales de Bahía.

Palabra clave: Independencia, Sergipe, Subalternidad

## Apresentação

Este artigo pretende lançar luz sobre o contexto em que foi produzido o decreto régio de oito de julho de 1820 e tenta esboçar possibilidades para compreender as motivações da administração joanina a considerar relevante conceder a independência à parte da região entre os rios de São Francisco e Real, denominada desde o final do século XVI de capitania de Sergipe d'El Rei, que há mais de meio século se achava em sujeição administrativa em relação à capitania geral da Bahia por opção política ocorrida durante o período pombalino.

A carta-régia de oito de julho de 1820 é um dos documentos mais significativos para compreender a transição do período colonial e imperial da outrora Capitania/Província de Sergipe d'El Rei. Em virtude dela, haverá comemorações em instituições culturais e educacionais este ano no Estado de Sergipe. Certamente ouviremos muitos discursos e leremos textos que evocam a sergipanidade e o papel de Sergipe na história nacional. O bicentenário da independência de Sergipe é uma oportunidade ímpar para se discutir o passado histórico e o futuro do nosso Estado.

Porém poucos pesquisadores conseguirão explicitar a razão de ser desse importante documento do final do período Joanino (1808-1821). Defendemos que é preciso novas leituras desse documento. Faz-se necessário a procura de novas perspectivas de entendimento do ato administrativo régio que desfez a subalternidade administrativa de Sergipe d'El Rei. A nossa proposta é contextualizar o sentido da subalternidade administrativa da Capitania de Sergipe como elemento fundamental no entendimento das intenções de D. João VI.

A aludida carta-régia, escrita poucos meses antes do regresso da Família Real a Portugal, declarava de modo claro que era para ser extinta a dependência administrativa da Capitania de Sergipe em relação à Bahia ao “isentá-la absolutamente da sujeição em que até agora tem estado desse governo, declarando-a independente totalmente para que os governadores dela a governem na forma praticada nas mais capitanias independentes”<sup>2</sup>

Os historiadores sergipanos citam esse documento histórico como sendo o ato administrativo que resultou na criação de um território administrativo independente, desconsiderando as formas como ocorreram essa subalternidade e como ela era entendida pelos agentes históricos locais. Não podemos crer que nos dois séculos anteriores a carta-régia de 1820 tivemos uma situação de subalternidade administrativa constante. Por isso iluminar o período do final do século XVIII e início do século XIX

2 Cópia fac-símile citada em: NUNES, Maria Thétis. *História de Sergipe a partir de 1820*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978.



(1763 a 1820) é importante para a reflexão acerca do significado do oito de julho para a história de Sergipe.

Para boa parte dos historiadores sergipanos, esse período de subalternização tivemos um aguçamento dos conflitos entre as autoridades, a violência se generalizou, tornando a anarquia superior à imposição da ordem. Curioso é que o motivo alegado era a nova condição administrativa da Capitania. Felisbelo Freire considerava que essa época, a segunda metade do século XVIII, é a fase do apogeu da desordem e arbítrio dos poderosos locais:

Seus habitantes não encontram na lei, nem em seus funcionários, as garantias de seus direitos. Entregues as paixões dos dominadores, haviam de prestar-lhes obediência passiva, porque apelar para os representantes da justiça era apelar em vão. Não passavam de instrumentos desses mesmos dominadores. [...] Um espírito independente e livre não poderia viver nesse meio (FREIRE, 1891, p. 223-224.)



Da mesma forma, LIMA JÚNIOR (1985) definiu esse período como tempo calamitoso e obscuro, onde a desordem imperava. Ao elencar uma relação de capitães-mores e os principais acontecimentos de cada administração, esse antigo historiador expôs, por meio de fatos colhidos em fontes coevas, as tensões sempre ascendentes entre as principais autoridades da Capitania. NUNES (1996, p. 129-130.) entendia que com o crescimento da produção açucareira na região do Cotinguiba surgiu a classe social dos senhores de engenhos. Esses se caracterizariam pela prepotência e ambição. Eles utilizavam as autoridades régias que administravam a capitania para aumentarem seu prestígio por meio do abuso típicos das elites atrasadas.

Dois estudos mais recentes, com foco principalmente no processo de emancipação política de Sergipe (1820), lançaram importantes reflexões sobre o período que vai da integração da capitania de Sergipe à condição de capitania anexa à Bahia (1763) até a Vinda da Família Real Portuguesa (1808). Em 2003, o sergipano FERREIRA JÚNIOR (2003) escreveu a dissertação de mestrado *Derrubando os mantos purpúreos e as negras sotainas: Sergipe del Rey na crise do antigo sistema colonial (1763-1823)*, orientado por Fernando Novais. É um dos mais importantes trabalhos sobre a segunda metade do século XVIII da capitania de Sergipe. Esse estudo analisa o processo de crise do antigo sistema colonial em Sergipe, em especial as transformações administrativas e os conflitos sociais que resultaram do processo de independência nacional e local. Segundo esse autor, a capitania de Sergipe, nas décadas que antecederam a sua independência, viveu um período acentuado de dependência e de conflitos entre as principais autoridades, as elites locais e os grupos marginalizados (negros e índios).

Já Edna Maria de Matos ANTÔNIO (2001), em sua tese de doutorado, considerou em sua análise a problemática da crise do colonialismo português e como essa foi sentida em Sergipe. Os principais reflexos desse momento histórico foram a expansão das atividades econômicas e o aguçamento dos conflitos por terra, influenciada pela implementação de pontos da política pombalina. Um ponto considerável dessa pesquisa é a preocupação em inserir as elites locais e seu papel de negociação nesse contexto.

### *Os laços históricos entre Sergipe e Bahia*

A Capitania da Bahia foi um dos principais centros políticos da América portuguesa e do império ultramarino português. Criada como mais uma das capitanias, de acordo com o sistema de doações régias, o que se convencionou denominar Bahia, nessa época entendida como o recôncavo da baía de Todos os Santos, área estratégica e comercialmente privilegiada da costa norte do Estado do Brasil. Em 1549, era transformada em capital do vasto território conquistado pela coroa portuguesa na América. A existência de terras férteis apropriadas à cultura açucareira no entorno da citada baía e recôncavo estimulou o povoamento e a colonização dos territórios vizinhos. Ao sul do recôncavo, surgiram as capitanias de Ilhéus e Porto Seguro, destinadas basicamente à produção de gêneros de subsistência (mandioca, principalmente) e ao fornecimento de madeira e lenha para engenhos, e ao norte estava a Capitania de Sergipe:

a região ao sul do delta do São Francisco, próxima da costa, constituía a capitania independente de Sergipe do Rei, que, como Ilhéus, era, no entanto, econômica e administrativamente ligada à Bahia. Havia alguns engenhos de açúcar ao longo dos rios, especialmente junto à vila de São Cristóvão. A região, tal qual a área localizada ao norte de Salvador, era mais importante, contudo, por sua situação de núcleo de expansão da criação de gados. As boiadas eram levadas às margens do São Francisco, do rio Real e de outros rios e, em meados do século XVII, já havia ocorrido uma considerável penetração do interior. (SCHWARTZ, 2002, p. 20)

A Capitania de Sergipe era, no final do século XVIII, composta pela capital, a cidade de Sergipe d'El Rei (São Cristóvão), e as vilas de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, Santa Luzia do Piauí, Santo Amaro das Brotas, Santo Antônio e Almas da Itabaiana, Vila Nova e Geru (indígenas). Todas foram criadas em datas anteriores a 1763. Havia também as povoações e arraiais no termo dessas vilas, alguns destinados aos indígenas como Pacatuba e Jaboatão, e outras mais populosas como Campos do Rio Real de Cima, Laranjeiras, Campo do Brito, Socorro do Cotinguiba, Simão Dias e Propriá. Todas essas vilas tinham, mesmo que precariamente, senado da câmara, cartório de nota e cadeia.



A cabeça da Capitania ainda era pouco ocupada na segunda metade do século XVIII, pois “Não há fora da cidade lugar algum com número de casas que formem povoação, porque cada um dos habitantes tem o seu domicílio, onde cultiva as suas lavouras, ou fazendas de gado” (CAMPOS & VIANNA, 1891. p. 111.). A capital concentrava, de modo geral, as atividades ligadas à administração local (militar, jurídica, fazendária e eclesiástica). O capitão-mor da Capitania e o ouvidor-geral e provedor da comarca deveriam residir em São Cristóvão e atuavam como verdadeiros “ministros do rei”. Essas autoridades administrativas eram, majoritariamente, naturais do Reino (Portugal).

A presença do governo da Bahia interferindo nos rumos da Capitania de Sergipe d’El Rei foi uma constante durante o período colonial. Os laços de dominação e subalternidade entre as duas capitanias devem ser entendidos dentro da dinâmica de relação entre centro/periferia (RUSSEL-WOOD, 1998. p. 187-250.). O território de Sergipe era, portanto, espaço periférico e subalterno à Bahia na dinâmica política e econômica do império português na América. A Bahia era uma das capitanias-gerais e Sergipe d’El Rei estava entre as subalternas.

A historiografia brasileira consolidou a divisão das capitanias da América portuguesa em gerais e subalternas. De acordo com essa classificação, pertenciam ao conjunto de capitanias gerais (ou principais), no período aqui estudado, as capitanias do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Maranhão e Grão-Pará. Entre as subalternas estavam as capitanias de Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro (subordinadas à capitania do Rio de Janeiro); Espírito Santo, Ilhéus, Porto Seguro e Sergipe (subalternas à capitania da Bahia); Paraíba, Ceará e Rio Grande [do Norte] (subordinadas à capitania de Pernambuco); Piauí (subordinada ao Maranhão) e São José do Rio Negro (subalterna ao Grão-Pará) (PERIDES, 1995. p. 83-87; PRADO JÚNIOR, 2000. p. 314-315.).

Sob o ponto de vista administrativo, a principal diferença entre as duas tipologias organizacionais-administrativas estava no comando do governo civil e militar. As capitanias gerais eram administradas por um capitão-general e governador, exceto a do Rio de Janeiro, que depois da transferência da sede administrativa (1763) teve esse cargo extinto e suas atribuições foram delegadas a um vice-rei. As capitanias subalternas eram administradas normalmente por governadores. Entretanto, havia capitanias subalternas em que o governador militar não recebia o título de governador, e sim de capitão-mor. É o caso de Sergipe d’El Rei, Ceará e Piauí. Já nas capitanias de Santa Catarina, São Pedro do Rio Grande e São José do Rio Negro, o principal posto civil-militar era exercido por um governador, na maioria dos casos com a patente de coronel (SILVA, 2013. p. 57.).



O esforço de reorganização administrativa do império colonial português era perceptível durante o reinado de D. José I (1750-1777). Acontecimentos como a absorção pela Coroa das últimas capitanias hereditárias, processo que vinha em curso desde o reinado de D. João V, e a restauração da capitania de São Paulo, em 1765, constituem exemplos dessa orientação. Foi no período pombalino onde se buscou dar uma diretriz geral clara da organização política da América portuguesa.

A diretriz da racionalidade administrativa adotada pela monarquia pluricontinental nos parece clara: as capitanias subalternas ficariam sob a tutela das capitanias principais para que, com isso, pudessem fortalecer a economia colonial como um todo. E assim se procedeu no período pombalino. Podemos verificar esse reordenamento administrativo na subordinação da capitania da Paraíba à de Pernambuco, em 1755 (OLIVEIRA, 2017; CHAVES JÚNIOR, 2013). Nesse mesmo sentido, tivemos a incorporação das capitanias donatárias à coroa por meio de compra (Marajó, Cameté, Itamaracá, Itaparica, Paraguaçu e Campos dos Goitacazes) ou confisco (Caeté, Ilhéus e Porto Seguro) (LOBO, 1962. p. 526; AVELLAR, 1970. p. 161.). De acordo com Francisco FALCON (1982), a influência iluminista estimulava a adoção de iniciativas e projetos para o estado caracterizados por princípios de racionalidade. A proximidade, a centralidade geográfica e a contiguidade territorial foram os novos elementos que sustentaram os critérios dessas novas divisões administrativas.

### *1763: ano da subalternidade administrativa de Sergipe D'EL REI*

A mudança que mais expressou a perspectiva acima mencionada ocorreu em 1763, quando se fez a transferência da sede administrativa da América portuguesa de Salvador para o Rio de Janeiro (AVELLAR, 1983. p. 43.). As motivações estratégicas e econômico-fiscais pesaram bastante na escolha da nova sede. O Atlântico Sul tornava-se alvo prioritário da atenção da coroa. A transferência refletiu o predomínio que o centro-sul adquiriu com a atividade mineradora durante o desenrolar do século XVIII. O Rio de Janeiro se firmava como importante centro mercantil e portuário do império português, conectado com as mais diversas partes da África e Ásia (FRAGOSO; ALMEIDA & SAMPAIO, 2007). Tal escolha administrativa representava nitidamente as intenções da metrópole para garantir, normatizar e fiscalizar a extração de minérios e o pungente comércio da praça do Rio de Janeiro. Essa decisão também estava relacionada diretamente com as guerras pelo controle da região platina contra os espanhóis (BICALHO, 2003). A defesa da região meridional da América portuguesa era uma das maiores prioridades da administração pombalina (WEHLING, 1986. p. 187-188.).

Essa decisão administrativa traria consequências para o destino da Capitania de Sergipe que passou a pertencer administrativamente à Capitania da Bahia, sendo categorizado como território anexo. Oficialmente nenhum documento explicava a nova situação, mas, como defende a historiografia sergipana, era uma forma de compensação econômica para aquela capitania, em virtude da perda do *status* financeiro e político de antiga sede da Colônia (NUNES, 1996, p. 128; ARAUJO, 1967, p. 67).

Essa situação administrativa da Capitania de Sergipe pode ser entendida como um aprofundamento dos laços de dependência com a Capitania vizinha. Aproveitava-se de toda uma estrutura anterior de interdependência e de tradicionais relacionamentos administrativos entre as duas capitanias. A condição de Salvador como sede administrativa da colônia, do Tribunal da Relação e do Arcebispado da Bahia forçosamente levava os moradores de Sergipe a considerarem a Bahia sua instância superior para resolução de causas maiores. A tutela administrativa exercida pela Bahia parece que não era algo extremamente negativo para as elites locais desse período, *a priori*. Não vemos queixas às altas autoridades do conselho ultramarino em relação à subalternidade que se achava a Capitania. A produção açucareira em franca ascensão em Sergipe se beneficiava da dependência ao permitir um maior fluxo de comércio e capitais entre os produtores locais e os grandes comerciantes de Salvador (ANTONIO, 2011, p. 148-150).

Os capitães-mores (governadores) foram os que mais sentiram os impactos da situação de subalternidade. A administração civil-militar da capitania cabia ao capitão-mor da capitania, também chamado de governador das armas, pois comandava as forças militares (tropa de linha, ordenanças e milícias). Para ser capitão-mor ou governador das armas de uma capitania era requisito básico ter experiência militar, adquirida por meio da carreira das armas (RUSSEL-WOOD, 1998, p. 175-176.). Com a nova configuração territorial-administrativa os capitães-mores passaram a ter laços de obediência ao capitão-general e governador da Bahia como nunca antes fora visto. Além do mais, a esmagadora maioria dos capitães-mores da capitania no período aqui estudado foi escolhida pelo governador da Bahia, sendo que a autoridade régia apenas confirmava a escolha. Um exemplo claro dessa situação foi o decreto régio de nomeação do capitão-mor Manoel Inácio de Moraes Mesquita Pimentel, de 12 de outubro de 1803, umas das raras exceções de capitães-mores não indicados pelos governadores da Bahia. Nesse documento, o príncipe regente D. João deixava bem claro as condições em que deveria servir: “com subordinação ao governador e capitão-general da capitania da Bahia, que servirá por tempo de três anos e o mais que lhe for servido”.<sup>3</sup>

3 Decreto do príncipe-regente D. João nomeando Manoel Inácio de Moraes Mesquita Pimentel para capitão-mor de Sergipe em 12 de outubro de 1803. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Conselho Ultramarino. BR/SE. Cx. 06, doc. 483.



Antes de 1763, a escolha dos capitães-mores se dava por meio de candidaturas em editais preparados e inspecionados pelo Conselho Ultramarino que selecionava candidatos por meio das “qualidades” e folha de serviços, submetendo-os à aprovação régia (MONTEIRO, 2005). Quando o cargo se achava vago era provido por meio de editais públicos afixados por tempo de vinte dias para que todas as pessoas que desejassem concorrer à vaga pudessem se inscrever. Os candidatos deveriam apresentar os documentos necessários autenticados e constar de forma detalhada os cargos ocupados e, principalmente, a quantidade exata de tempo (dias, meses e anos) no exercício das atividades descritas. Alguns candidatos não eram nem considerados capazes de concorrer à vaga. Era costume a elaboração da lista tríplice dos pretendentes. Os conselheiros ultramarinos analisariam a documentação e enviavam ao rei a relação dos inscritos e a sugestão de quem deveria ocupar o posto por ordem classificatória, pois caso o primeiro colocado por algum motivo não tomasse posse, os demais poderiam solicitar a vaga.<sup>4</sup>

Em 1793, um sargento-mor de ordenanças da Bahia solicitou ao governador, D. Fernando José Portugal, ser provido no posto de capitão-mor da Capitania de Sergipe. O pedido foi negado, pois:

O posto de capitão-mor da referida Capitania [de Sergipe] sendo de consideração, não me parece acertado que seja nele provido o suplicante, sendo homem ordinário, paisano e havendo oficiais da tropa regular capazes de cumprir muito melhor com as obrigações do mesmo posto que são os que Sua Majestade recomenda aos governadores mandem para aquela capitania, quando a necessidade pedir, a vista da ordem que remeto por cópia. Os serviços que o suplicante alega, ainda que fossem justificados, não são tão relevantes, que façam esquecer os requisitos essenciais que nele não concorrem para o que pretende.<sup>5</sup>

- 4 Entre 1763 e 1808, as consultas do Conselho Ultramarino para provimento do posto de capitão-mor de Sergipe tornaram-se raras, em consequência da prerrogativa do capitão-general e governador de prover o posto e solicitar a confirmação régia. A única consulta do conselho ultramarino nesse período que conseguimos localizar ocorreu em 1781. O escolhido foi Luís Pinto Osório da Fonseca Guedes, que atuou no Regimento da Primeira Armada Real por dezesseis anos, além de servir na América portuguesa e Ilha de São Tomé (África). O selecionado venceu a concorrência contra Ambrósio Gomes de Carvalho, que tinha um ano a menos de serviços prestados. Os demais concorrentes foram considerados incapazes. Desconhecemos os motivos que impossibilitaram ao escolhido tomar posse do cargo. Cf: Consulta do Conselho Ultramarino referente à nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor da capitania de Sergipe em 15 de fevereiro de 1781. AHU.CU.BR/SE. Cx. 06, doc. 444.
- 5 Correspondência do Capitão-general e governador da Bahia D. Fernando José Portugal ao ministro Martinho de Melo e Castro em 19 de agosto de 1793. AHU. CU/BA. Coleção Castro e Almeida. Cx. 079, doc. 15.335.



O capitão-general e governador da Bahia expôs de forma clara que a governança da capitania caberia ao oficial com maior patente do regimento da guarnição da Bahia (tropa de 1ª linha), sem acréscimo de soldo. Assim, em 1763, o primeiro tenente do Regimento da Bahia José Gomes da Cruz e, duas décadas depois, o também tenente Antônio Pereira Marinho Falcão, serviram no posto de capitão-mor de Sergipe por indicação do governador da Bahia. Isso foi o reflexo direto da anexação da Capitania ao governo da Bahia.

### *Os capitães-mores interinos de Sergipe e a subalternidade administrativa (1763-1820)*

por carta régia de 4 de abril de 1763 era nomeado para o posto de capitão-mor de Sergipe José Gomes Borges por espaço de tempo de três anos. Ele seria o primeiro a ocupar o cargo na nova condição administrativa da Capitania. Meses depois, o referido capitão-mor não se apresentou em Salvador para comunicar a posse efetiva do cargo e presta o juramento às autoridades da Bahia. Essa situação foi motivo de queixa dos governadores interinos da Bahia, pois o atraso em assumir o comando das armas da Capitania de Sergipe em um momento tão delicado preocupava as autoridades baianas. Sabiam que o escolhido estava no Reino, pois: “O nomeado foi com efeito para o Reino na frota do ano antecedente [1761] a que saiu deste Porto [Salvador] o ano passado, e até agora não tem aparecido nem requerido a este governo as ordens competentes para a sua permutação aquela Capitania”.<sup>6</sup>

Os governadores interinos da capitania da Bahia reconheciam a necessidade de prover o posto de capitão-mor da capitania o mais urgente possível pela situação de lacuna de poder que foi se arrastando desde a prisão do capitão-mor Joaquim José da Serra Monteiro e resolveram nomear interinamente a Francisco Álvares da Silva, que administrou a capitania de 1763 a 1766, enquanto José Gomes Borges não chegava:

Interinamente os governadores segundo a insinuação de Vossa Excelência nomearam para ir servir de capitão-mor o tenente de infantaria Francisco Álvares da Silva que servindo até o presente [1766] passou para a eternidade; e será necessário nomear outro; porém é sem dúvida que aquele lugar se respeita mais em oficial proprietário nomeado por Sua Majestade do que em outro que o vai substituir interinamente, a quem o povo com este reconhecimento trata com menos obediência e respeito<sup>7</sup>

6 Ofício do Governo Interino da Capitania da Bahia a Francisco Xavier de Mendonça Furtado na qual se refere que José Gomes Borges não se apresentou para tomar posse do capitão-mor de Sergipe em 22 de junho de 1763. AHU. CU. BR/BA. CA. Cx. 34, doc. 6318.

7 Ofício do Conde de Azambuja para Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a situação do posto de capitão-mor de Sergipe em 5 de agosto de 1766. AHU. CU. BR/BA. CCA. Cx. 39, Doc. 7334.



Apenas em 1767, José Gomes da Cruz tomou posse do posto.<sup>8</sup> Ele já tinha experiência em administrar capitanias subalternas à Bahia. Em 1749 se candidatou em edital público para ser capitão-mor do Espírito Santo. Venceu a concorrência e foi nomeado para o posto em consulta ao Conselho Ultramarino, servindo como capitão-mor do Espírito Santo de 14 de janeiro de 1752 a 7 de agosto de 1759.<sup>9</sup> Serviu no posto de capitão-mor interino da capitania de Sergipe por quinze anos (1767-1782). Parece que foi uma tática do império português durante a segunda metade do século XVIII nomear capitães-mores e governadores para servirem muitos anos num mesmo lugar. Após o longo governo, José Gomes da Cruz regressou a seu regimento em Portugal, em 1782.<sup>10</sup>

O coronel Manuel José de Siqueira queixou-se ao governador da Bahia sobre a situação da sucessão interina. Esse reclamava que com a saída provisória do capitão-mor José Gomes da Cruz, o mesmo deixou temporariamente em seu lugar o capitão-mor das ordenanças da cidade de São Cristóvão. Segundo sua argumentação, um coronel era superior hierarquicamente a um capitão-mor de ordenanças e cabia, com isso, a ele governar provisoriamente na ausência do capitão-mor.<sup>11</sup> O posto interino acabou sendo destinado ao coronel da cavalaria auxiliar da cidade de São Cristóvão, José Caetano da Silva Loureiro.

Esse capitão-mor interino também se desentendeu com o outro coronel de cavalaria auxiliar. Em 1786, o coronel do regimento de cavalaria Pedro Vieira de Melo, estava passando mostra em seu regimento e por desobedecê-lo foi preso o soldado Francisco Muniz. O coronel José Caetano da Silva Loureiro ordenou a Pedro Vieira que desconsiderasse a ordem de prisão, gerando uma situação de atrito entre o coronel da cavalaria e o capitão-mor interino.<sup>12</sup> O governador da Bahia comunicou a denúncia feita pelo coronel de cavalaria ao capitão-mor interino, que rebateu as

- 8 Ao que tudo indica, esse capitão-mor trocou de sobrenome. Por mais estranho que pareça isso ocorria não raramente. Um exemplo é o governador da capitania do Rio Grande de São Pedro José Marcelino de Figueiredo. Ele tinha o nome de Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda e para esconder o seu passado criminoso, adotou o novo nome. Cf: KUHN, Fábio. Um governador em apuros: a trajetória administrativa de José Marcelino Figueiredo (Rio Grande de São Pedro, 1769-1780). In: DORÉ, Andrea; SANTOS, Antonio C. de Almeida. (Orgs.). **Temas setecentistas: governo e populações no Império Português**. Curitiba: UFPR; Fundação Araucária, 2008. p. 169-171.
- 9 Requerimento de José Gomes Borges ao Rei D. José I solicitando a certidão de todas as ordens cumpridas do tempo em que serviu de capitão-mor da Capitania do Espírito Santo, em 29 de maio de 1769.
- 10 Carta do capitão-mor interino de Sergipe ao governador da Bahia, em 2 de junho de 1782. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Maço 190, doc. 41.
- 11 Carta do coronel de cavalaria ao governador da Bahia, em 16 de maio de 1780. APEB, Maço 196, doc. 02B.
- 12 Carta do o coronel do regimento de cavalaria Pedro Vieira de Melo ao governador da Bahia, em 05 de janeiro de 1786. APEB, Maço 196, doc. 09.



acusações em 12 de março de 1786.<sup>13</sup> Por ironia, Pedro Vieira de Melo seria designado interinamente sucessor do seu desafeto, em 28 de setembro de 1789.<sup>14</sup> Segundo LIMA JÚNIOR (1985, p. 64), o Coronel José Caetano da Silva Loureiro abandonou a vida civil e dedicou-se a carreira sacerdotal, chegando a receber ordens sacras, desgostoso por ter se envolvido num processo-crime.

Por muito pouco tempo esteve a frente do governo das armas da Capitania Pedro Vieira de Melo. Em carta de 27 de fevereiro de 1790, o capitão-mor interino Antônio Pereira Marinho Falcão comunicava ao capitão-general e governador da Bahia, D. Fernando José de Portugal, que tomou posse do posto em 23 de fevereiro de 1790.<sup>15</sup> Anos mais tarde, o capitão-mor interino Antônio Pereira Marinho Falcão recebeu a notícia que havia sido promovido a capitão reformado e que estaria dispensado de servir no posto de capitão-mor da capitania.<sup>16</sup> Contudo, por se achar doente e impossibilitado de regressar a Portugal, solicitou ao capitão-general e governador da Bahia que continuasse no posto que serviria até se restabelecer fisicamente.<sup>17</sup> A hierarquia de sucessão nem sempre era respeitada. Em 1797, o capitão-mor interino Antônio Marinho Pereira Falcão, ao se recuperar momentaneamente da moléstia que sofria, passou o governo interino das armas da capitania para o capitão-mor das ordenanças da cidade de São Cristóvão Francisco Félix Barreto de Menezes.<sup>18</sup>

Por decreto régio de 18 de novembro de 1796, era nomeado capitão-mor Joaquim José Martins, após mais de três décadas sem nomeações



- 13 Carta do capitão-mor interino de Sergipe ao governador da Bahia, em 12 de março de 1787. APEB, Maço 191, doc. 25.
- 14 Carta do coronel Pedro Viera de Melo ao governador da Bahia, em 28/09/1789. APEB, Maço 196, doc. 12B. A trajetória de Pedro Vieira de Melo é um exemplo claro de como a prestação de serviço e a utilização dos potentados locais foi utilizada pela coroa portuguesa na governança das capitânicas do império. Esse militar foi contemporâneo de Bento José de Oliveira, nascido a 21 de dezembro de 1751, filho do senhor de engenho Manuel Suzarte de Siqueira. Tinha por padrinho de batismo o ouvidor da comarca Domingos João Viegas. Assentou praça no posto de alferes do 1º Regimento de cavalaria auxiliar da cidade de São Cristóvão, em 16 de março de 1775, por patente do governador da Bahia, Manuel da Cunha Menezes. Em 1780, passava ao posto de coronel agregado do dito Regimento e quatro anos depois, assumiu a patente de coronel efetivo. Por Decreto-régio de 4 de julho de 1818, foi reformado no posto de brigadeiro. Exerceu o cargo de governador de Sergipe, com nomeação do governo da Bahia, em 6 de fevereiro de 1821. Pedro Vieira de Melo era ainda cavaleiro professo na ordem de Cristo. Serviu de juiz ordinário de São Cristóvão e provedor da Santa Casa da Misericórdia. Faleceu em 1833, com mais de meio século de serviços militares prestados. Cf. LAGO, Cel. Laurênio. Brigadeiro Pedro Vieira de Melo. Aracaju, RIHGSE, n. 17, vol. 12, 1943. p. 112-114.
- 15 Carta de capitão-mor interino de Sergipe ao governador da Bahia, em 27 de fevereiro de 1790. APEB. Maço 191, doc. 45.
- 16 Carta Patente da rainha D. Maria I reformando Antônio Pereira Marinho no posto de capitão do 1º Regimento da Bahia, em 15 de setembro de 1796. AHU. CU. BR/BA. Cx. 203, d. 14591.
- 17 Carta do capitão-mor interino de Sergipe ao governador da Bahia, em 31 de janeiro de 1797. APEB, Maço 196, doc. 01C.
- 18 Carta do capitão-mor interino de Sergipe ao governador da Bahia, de 15 de fevereiro de 1797. APEB. Maço 191, doc. 67.

régias diretas para o posto.<sup>19</sup> Era cavaleiro fidalgo da casa de Sua Majestade, da ordem de São Tiago da Espada. Chegou a São Cristóvão em 12 de outubro de 1797. Antes de tomar posse, havia falecido o capitão-mor interino Antônio Pereira Marinho Falcão.<sup>20</sup> Logo nos primeiros meses de governo, percebeu o tamanho do desafio de governar as armas de uma capitania subalterna e com o histórico de conflitos.

Em carta de 20 de maio de 1798, informou das dificuldades que tinha em gerenciar as tropas militares por causa dos procedimentos inadequados e rebeldia de alguns oficiais das ordenanças e auxiliares, principalmente a falta de obediência às suas ordens. Escreveu ao ouvidor da comarca relatando a falta de respeito dos seus subordinados. Relatou que mandou prender um soldado desertor e os soldados Manoel João e João Pacheco se recusaram a cumprir a ordem de prisão. Esses dois militares subalternos passaram a insultar Joaquim José Martins com palavras ofensivas (“ridículo”, “moleque”, “traste”, “corno” e “capitão-mor dos diabos”). Essa situação foi comunicada ao capitão-geral e governador da Bahia.<sup>21</sup>

Joaquim José Martins, não suportando as humilhações, pediu demissão do posto, em carta de 30 de maio de 1798. Ele reclamou da postura do ouvidor da comarca Antonio Pereira de Magalhães Passos, a quem sempre enviava as queixas-crimes contra seus soldados para serem tomadas as providências jurídicas. Segundo alegava, os denunciados continuavam impunes por interferência do ouvidor que minava a autoridade dele perante a tropa.<sup>22</sup> Contudo, parece que ele relevou as ofensas e continuou no cargo na virada do século XVIII para o XIX.

O próximo capitão-mor foi nomeado por decreto régio. Manuel Inácio de Mesquita Pimentel, vinha de atuações militares na Capitania de Minas Gerais e era outro que reclamava da falta de jurisdição dos capitães-mores de Sergipe. Em correspondência ao Conde de Linhares de 15 de julho de 1809, queixava-se da situação em que servia, comparando-a a de seus antecessores mais longínquos:

O capitão-mor desta Capitania de Sergipe d’El Rei, era o que concedia as sesmarias das terras incultas e despovoadas, ele provia os ofícios de tabeliões e escrivães do judicial e órfãos, inquisidores e mais ofícios de justiça da mesma capitania, como consta de muitos livros, que se acham no arquivo da

19 Decreto da rainha D. Maria I nomeando Joaquim José Martins para o posto de capitão-mor da vila de Sergipe d’El-Rei, em 18 de novembro de 1796. AHU, CU-BA, Cx. 203, d. 14640.

20 Carta do capitão-mor de Sergipe ao governador da Bahia, em 22 de novembro de 1797. APEB, Maço 191, doc. 70.

21 Carta do capitão-mor de Sergipe ao governador da Bahia, em 20 de maio de 1798. APEB, Maço 191, doc. 75.

22 Carta do capitão-mor de Sergipe ao governador da Bahia, em 28 de maio de 1798. APEB, Maço 191, doc. 76.



câmara desta cidade e não sei a razão que houve para cair em desuso essa prática, quando os antigos capitães-mores desta Capitania sempre usaram do Regimento dos Governadores das Armas. (LIMA JÚNIOR, 1985. p. 82.)

Sugeriu ainda que: “esta Capitania de Sergipe d’El Rei, bem como a da Paraíba do Norte, Ceará e Espírito Santo, deve igualmente separar-se, e não ser subordinada à da Bahia” (idem, p. 82). Usou o argumento que a subordinação administrativa era a principal causa da “decadência desta Capitania” e seus moradores “vivem como desalentados, em desconso-lação”, mas que a depender da vontade das altas autoridades monárquicas pode dar “os remédios de que são carecedores, para felicidade deles, no aumento desta Capitania, que pode ser uma das melhores, e em que mais interessa o Estado e a Real Fazenda” (ibidem, p. 91). Segundo LIMA JÚNIOR (1985, p. 91), esse capitão-mor solicitou ao conde de Linhares sua transferência para a capitania de Minas Gerais, onde anteriormente serviu em postos militares, pelo desgosto causado pela anarquia que se encontrava a Capitania, principalmente pela ação do sargento-mor de ordenanças Bento José de Oliveira.<sup>23</sup> Ao deixar o governo da capitania, em 1814, Manuel de Morais Mesquita Pimentel foi transferido para o posto de governador da Ilha de Fernando de Noronha, subordinado ao capitão-general e governador de Pernambuco.

Sucedeu-lhe no comando militar da capitania, o brigadeiro Luiz Antônio da Fonseca Machado, que foi o último dos capitães-mores da Capitania de Sergipe. Nomeado por carta-patente do capitão-general e governador da Bahia, o Conde Arcos, de 28 de março de 1814. Tomou posse em 2 de outubro do referido ano e três dias depois prestou juramento na capela da Igreja Matriz de São Cristóvão.<sup>24</sup> Seria ele que faria a transmissão do cargo para o governador Carlos César Burlamaqui, em 1821, que por poucas semanas governou a Capitania devido à ação do governo da Bahia, decidido a violar a autoridade de D. João VI e seguir as orientações das Cortes de Lisboa.

### *Considerações finais*

D. João VI ao declarar que Sergipe d’El Rei deixava de ser sujeita à Bahia, por meio da carta-régia de oito de julho de 1820, estava na realidade se referindo à situação administrativa. O ato legal, mesmo que efê-

23 A propósito desses conflitos, recomendamos a leitura da nossa dissertação de mestrado, orientada pelo Prof. Dr. Augusto da Silva. MENEZES, Wanderlei de Oliveira. *Ordem e transgressão em Sergipe d’El Rei: a trajetória do sargento-mor Bento José de Oliveira (1763-1808)*. 2015. 185 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

24 Idem.



mero, efetivamente ocasionou em desubalternização administrativa, ou seja, Sergipe voltaria a ter o status administrativo anterior a 1763. As autoridades a serem nomeadas para o cargo de governador não precisariam ter mais o aval do governador da Bahia. Haveria um novo estatuto político marcado pela isonomia, em hipótese, entre as duas capitanias. Sergipe e Bahia seriam capitanias distintas, porém ambas submetidas às decisões do poder central que estava sediado no Rio de Janeiro, naquele tempo centro administrativo e político do império ultramarino português.

Assim, o sentido de independência oferecida pela carta-régia de oito de julho deve ser interpretado como sendo algo bastante restrito. É preciso entender a cultura política do antigo regime que permeava as intenções da administração joanina. Em 1817, a revolução pernambucana demonstrava a dificuldade do governo central monárquico de manter a unidade administrativa das partes mais distantes da América portuguesa. Por alguns meses os revoltosos separaram a capitania de Pernambuco e suas anexas do restante do império português. Mesmo derrotada militarmente, o exemplo pernambucano preocupava os ministros de D. João VI. O caso da Cisplatina é outro exemplo das dificuldades de manutenção do vasto império português na América.

Com isso, era preciso diminuir o poder das capitanias gerais e a melhor forma de se realizar isso era as desmembrando. Entre 1818 e 1821, tivemos a criação das capitanias de Alagoas, Santa Catarina e Sergipe, sendo prejudicadas as capitanias de Pernambuco, Rio Grande de São Pedro e Bahia, respectivamente. Se no período pombalino a estratégia era unir capitanias subalternas às gerais para se ter maior eficiência administrativa e melhor fiscalização, no período joanino se defendia o inverso.

Por fim, ao tentar diminuir a força das capitanias com maior capilaridade administrativa e econômica, D. João VI estimulava a dependência ao poder central, além de reforçar a cultura política de valorização da prestação de serviços à Coroa por meio das mercês. Abria-se um leque maior de oportunidades para a nomeação a cargos de governança tão essenciais para o fortalecimento dos vínculos entre a monarquia com seus leais vassallos.

## Fontes manuscritas

- Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – Conselho Ultramarino

Carta Patente da rainha D. Maria I reformando Antônio Pereira Marinho no posto de capitão do 1º Regimento da Bahia, em 15 de setembro de 1796. AHU. CU. BR/BA. Cx. 203, d. 14591.

Consulta do Conselho Ultramarino referente à nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor da capitania de Sergipe em 15 de fevereiro de 1781. AHU. CU.BR/SE. Cx. 06, doc. 444.



Correspondência do Capitão-general e governador da Bahia D. Fernando José Portugal ao ministro Martinho de Melo e Castro em 19 de agosto de 1793. AHU. CU/BA. CCA. Cx. 079. doc. 15.335.

Decreto da rainha D. Maria I nomeando Joaquim José Martins para o posto de capitão-mor da vila de Sergipe d'El-Rei, em 18 de novembro de 1796. AHU. CU. BR-BA, Cx. 203, d. 14640.

Decreto do príncipe-regente D. João nomeando Manoel Inácio de Moraes Mesquita Pimentel para capitão-mor de Sergipe de 12 de outubro de 1803. AHU. CU. BR/SE. Cx. 06, doc. 483.

Ofício do Conde de Azambuja para Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a situação do posto de capitão-mor de Sergipe em 5 de agosto de 1766. AHU. CU. BR/BA. CCA. Cx. 39, doc. 7334.

Ofício do Governo Interino da Capitania da Bahia a Francisco Xavier de Mendonça Furtado na qual se refere que José Gomes Borges não se apresentou para tomar posse do capitão-mor de Sergipe em 22 de junho de 1763. AHU. CU. BR/BA. CA. Cx. 34, doc. 6318.

- **Arquivo Público Estadual da Bahia (APEB)**

Carta de capitão-mor interino de Sergipe ao governador da Bahia, em 27 de fevereiro de 1790. APEB. Maço 191, doc. 45.

Carta do capitão-mor de Sergipe ao governador da Bahia, em 20 de maio de 1798. APEB, Maço 191, doc. 75.

Carta do capitão-mor de Sergipe ao governador da Bahia, em 22 de novembro de 1797. APEB, Maço 191, doc. 70.

Carta do capitão-mor de Sergipe ao governador da Bahia, em 28 de maio de 1798. APEB, Maço 191, doc. 76.

Carta do capitão-mor interino de Sergipe ao governador da Bahia, em 2 de junho de 1782. APEB. Maço 190, doc. 41.

Carta do capitão-mor interino de Sergipe ao governador da Bahia, em 12 de março de 1787. APEB, Maço 191, doc. 25.

Carta do capitão-mor interino de Sergipe ao governador da Bahia, em 31 de janeiro de 1797. APEB, Maço 196, doc. 01C.

Carta do capitão-mor interino de Sergipe ao governador da Bahia, de 15 de fevereiro de 1797. APEB. Maço 191, doc. 67.

Carta do coronel de cavalaria ao governador da Bahia, em 16 de maio de 1780. APEB, Maço 196, doc. 02B.

Carta do coronel Pedro Viera de Melo ao governador da Bahia, em 28/09/1789. APEB, Maço 196, doc. 12B.

Carta do o coronel do regimento de cavalaria Pedro Vieira de Melo ao governador da Bahia, em 05 de janeiro de 1786. APEB, Maço 196, doc. 09.

## Referências bibliográficas

ANTONIO, Edna Maria de Matos. “Obedientes e humildes vassalos”: Sergipe no contexto luso-brasileiro, 1750-1820”. In: “**A independência do solo que habitamos**”: poder, autonomia e culturas políticas na construção do Império Brasileiro. Sergipe (1750-1831). 2011, Franca. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista;

ARAÚJO, Acrísio Torres. **História de Sergipe**. 2. Ed. Aracaju: J. Andrade, 1967;

AVELLAR, Hélio de Alcântara. **História administrativa do Brasil: a administração pombalina**. 2. Ed. V. 5. Rio de Janeiro: Funcep; Brasília: UNB, 1983;

\_\_\_\_\_. **História administrativa e econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1970;

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003;

CAMPOS, José de Oliveira; VIANNA, Francisco V. **Estudo sobre a origem histórica dos limites entre Sergipe e Bahia**. Salvador: Typ. “Diário da Bahia”, 1891;

CHAVES JÚNIOR, José Inaldo. “**As duras cadeias de hum governo subordinado**”: *história, elites e governabilidade na capitania da Paraíba (1755-1799)*. 2013, 268 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, 2013;

FALCON, Francisco José Calazans. **A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**. São Paulo: Ática, 1982;

FERREIRA JÚNIOR, Fernando Afonso. **Derrubando os mantos purpúreos e as negras sotainas: Sergipe del Rey na crise do antigo sistema colonial (1763-1823)**. 2003. 219 p. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003;

FRAGOSO, João Luis R.; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de & SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (orgs.). **Conquistadores e Negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007;

FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe, 1575-1855**. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1891;

KUHN, Fábio. Um governador em apuros: a trajetória administrativa de José Marcelino Figueiredo (Rio Grande de São Pedro, 1769-1780). In: DORÉ, Andrea; SANTOS, Antonio C. de Almeida. (Orgs.). **Temas setecentistas: governo e populações no Império Português**. Curitiba: UFPR; Fundação Araucária, 2008;

LAGO, Cel. Laurênio. Brigadeiro Pedro Vieira de Melo. Aracaju, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 17, vol. 12, 1943. p. 112-114;

LIMA JÚNIOR, Francisco A. de Carvalho. **Capitães-mores de Sergipe (1590-1820)**. Aracaju: FUNDESC, 1985;

LOBO, Eulália M. L. **Processo administrativo ibero-americano (aspectos so-**



**cioeconômicos – período colonial).** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1962;

MENEZES, Wanderlei de Oliveira. **Ordem e transgressão em Sergipe d’El Rei:** a trajetória do sargento-mor Bento José de Oliveira (1763-1808). 2015. 185 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015;

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do império atlântico português no século XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia A. **Modos de governar:** ideias e práticas políticas no império português (séculos XVI a XIX). São Paulo: Alameda, 2005;

NUNES, Maria Thétis. **História de Sergipe a partir de 1820.** Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978;

\_\_\_\_\_. **Sergipe Colonial II.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996;

OLIVEIRA, Elza Regis. **A Paraíba na crise do Século XVIII.** 2.ed. João Pessoa: Ed. UFPB, 2007;

PERIDES, Paulo Pedro. A organização político-administrativa e o processo de regionalização do território brasileiro. **Revista do Departamento de Geografia da USP.** São Paulo, n. 9, 1995;

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo:** colônia. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000;

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Governantes e agentes. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. (Org.). **História da Expansão Portuguesa.** Vol. 3. O Brasil na balança do império (1697-1808). Lisboa: Temas e Debates, 1998;

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808. Trad. Maria de Fátima Silva Gouvêa. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, Vol. 18, nº 36, 1998;

SCHWARTZ, Stuart B. O Brasil Colonial, c.1580-1750: as grandes lavouras e as periferias. In: BETHEL, Leslie (org). **História da América Latina:** a América Latina Colonial. V. II. São Paulo: EDUSP, 1999;

SCHWARTZ, Stuart; PÉCORA, Alcir (Org.). **As excelências do governador:** o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676). Trad. Alcir Pécora e Cristina Antunes. São Paulo: Companhia das Letras, 2002;

SILVA, Augusto da. **O governo da ilha de Santa Catarina e sua terra firme:** território, administração e sociedade (1738-1807). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013;

WEHLING, Arno. **História Administrativa do Brasil:** administração portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (1777-1808). V. 5. Brasília: FUNCEP, 1986.

